

*conforme registrado na ata da sessão do pregão, em um lapso temporal de um segundo após a oferta da segunda colocada (F000185), cobrindo regularmente o preço da proposta anterior em uma faixa aproximada de valores entre R\$ 30,00 (trinta reais) a R\$ 50,00 (cinquenta reais), ou seja, valores irrisórios se comparados ao montante total previsto para a contratação (sem ICMS1) de R\$ 10.181.643,06 (dez milhões, cento e oitenta e um mil, seiscentos e quarenta e três reais e seis centavos), à fl. 95*

*Assim, em juízo de cognição sumária, entendo que a apresentação de diversos lances com redução irrisória dos preços, em tempo igual ou inferior a um segundo, indica, de fato, que a primeira colocada (F000177) utilizou-se de software de remessa automática de propostas ao longo da sessão eletrônica.*

Todavia as Autoridades Coatoras mesmo diante da clara e inequívoca fraude praticada junto ao certame se posicionaram no sentido de aceitarem o uso de robôs em lances de pregão eletrônico, o que fere claramente os direitos da Impetrante que foi prejudicada por uma prática que não estava prevista no edital rompendo assim os princípios da isonomia e da legalidade o que não pode prosperar em um estado democrático de direito. A respeito do tema, cabe citar precedente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná por meio do Acórdão n. 2276/2018, de relatoria do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, sessão plenária de 23/8/2018:

*Representação da Lei nº 8.666/93. Pregão Eletrônico. Uso de software robô. Apresentação de lances em menos de um segundo. Procedência. Determinação de anulação da sessão de lances e repetição do ato e de adoção de critérios para coibir o uso de software robô de lances automáticos em seus certames licitatórios. (Grifei)*

Extrai-se da fundamentação do referido julgado: [...]

*Nesta linba, entendo que a utilização de software de remessa automática de lances em licitações (“robô”, em oposição ao preenchimento*